

PROTOCOLO

Considerando que:

O acesso ao direito e aos tribunais é um direito fundamental que tem desde sempre merecido uma atenção por parte dos Órgãos de Soberania;

O Ministério da Justiça iniciou uma nova política de administração de justiça, que responderá mais eficazmente às necessidades da sociedade, visando uma justiça mais célere e próxima dos cidadãos, por forma a permitir a tutela efectiva dos seus direitos;

A Constituição da República Portuguesa prevê a figura dos Julgados de Paz e a sua organização e funcionamento encontram-se regulados pela Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho

Os Julgados de Paz vêm permitir uma justiça mais próxima dos cidadãos, mais participativa e aberta;

Este projecto inovador e experimental se vai iniciar em Janeiro de 2002 nos Municípios de Lisboa, de Oliveira do Bairro, do Seixal e de Vila Nova de Gaia;

É imperiosa a efectivação de uma parceria de todas as entidades intervenientes, a nível central e nível local, por forma a serem atingidos os objectivos;

A circunscrição territorial definida para a instalação destes Julgados de Paz, sua organização e funcionamento, irá exigir uma estreita colaboração do Poder Local;

O êxito deste projecto, bem como o seu posterior desenvolvimento no conjunto de todo o território nacional, dependerá da participação dos Municípios e Freguesias que, mais conhecedores e próximos das necessidades das populações, poderão

prosseguir os seus objectivos e, nomeadamente, resolver os litígios que as opõem pela concertação das partes;

O Ministério da Justiça, adiante designado por MJ, representado pelo Ministro da Justiça, António Costa, e a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, adiante designada por Câmara Municipal, representada pelo seu Presidente, Acílio Domingues Gala, celebram o presente Protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

O presente protocolo tem como objecto a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, que abrange as Freguesias de Bustos, Mamarrosa, Oiã, Oliveira do Bairro, Palhaça e Troviscal, o qual fica sediado na Estrada Nacional nº 235, 3º andar, em Oliveira do Bairro;

SEGUNDA

Ao MJ, através da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, compete:

- a) Dar provimento aos Juizes de Paz;
- b) Elaborar e actualizar a lista dos Mediadores que prestam serviço no Julgado de Paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos Juizes de Paz;
- d) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos Mediadores;
- e) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do Julgado de Paz;
- f) Assegurar o funcionamento do serviço de Apoio Administrativo e Atendimento, recorrendo ao regime de destacamento, requisição ou contrato;
- g) Promover a formação dos meios humanos que integrarem os Serviços de Atendimento e Apoio Administrativo do Julgado de Paz;
- h) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do Julgado de Paz;

- i) Dotar as instalações de mobiliário, equipamento informático, água, electricidade, telefone e bens consumíveis, bem como suportar os inerentes encargos com a sua manutenção.
- j) Proceder ao acompanhamento e avaliação do projecto experimental, através de sessões de trabalho temáticas e de formação em serviço;
- k) Proceder à divulgação do Julgado de Paz.


TERCEIRA

Compete à Câmara Municipal:

- a) Disponibilizar, gratuitamente, as instalações sitas na Estrada Nacional nº 235, 3º andar, em Oliveira do Bairro para funcionamento do Julgado de Paz, compreendendo designadamente:
 - Sala de Audiência;
 - Gabinete de Mediação;
 - Sala de Pré-mediação;
 - Sala de Testemunhas;
 - Sala de Espera;
 - Gabinete dos Juizes de Paz;
 - Gabinete dos Mediadores;
 - Sala de Apoio Administrativo;
 - Sala de Atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras das instalações, por forma a dotá-las de dignidade e privacidade, consentâneas com a utilização que delas será feita;
- c) Apoiar a divulgação do Julgado de Paz.

QUARTA

O Julgado de Paz é dotado de:

- a) 2 Juizes de Paz, em regime de turno;
 - b) 2 Mediadores que assegurem o serviço da Pré-mediação, em regime de turno;
 - c) 1 elemento no Serviço de Atendimento;
 - d) 1 elemento no Serviço de Apoio Administrativo.
- 

QUINTA

O horário de funcionamento do Julgado de Paz é das 12.00h às 20.00h de 2ª a 6ª feira.

SEXTA

A instalação e funcionamento do Julgado de Paz são acompanhados pelo Conselho de Acompanhamento de acordo com o previsto no artigo 65º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho.

SÉTIMA

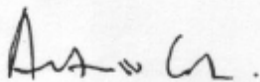
O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação.

OITAVA

As partes acordam em rever o presente Protocolo sempre que se verifiquem alterações de circunstância, decorrentes do efectivo funcionamento do Julgado de Paz ou de orientações e recomendações do Conselho de Acompanhamento.

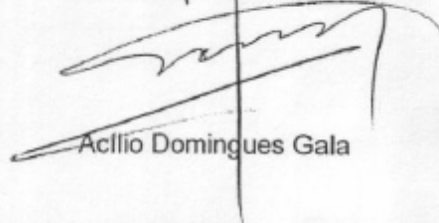
Lisboa, aos 27 dias do mês de Novembro de 2001.

O MINISTRO DA JUSTIÇA



António Costa

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Acílio Domingues Gala